



CONCURSOS

**AULA:**

Sprint Final/Estudo acompanhado

**CAPÍTULO:**

EC 132/23

**ASSUNTO:**

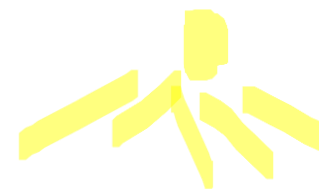
Questões especiais PII

**PROFESSOR ELIEZER SANTOS**





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES



01 - No que concerne à competência tributária dos Estados, a principal alteração da Reforma Tributária veiculada pela EC nº 132/2023 é a extinção do ICMS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023,

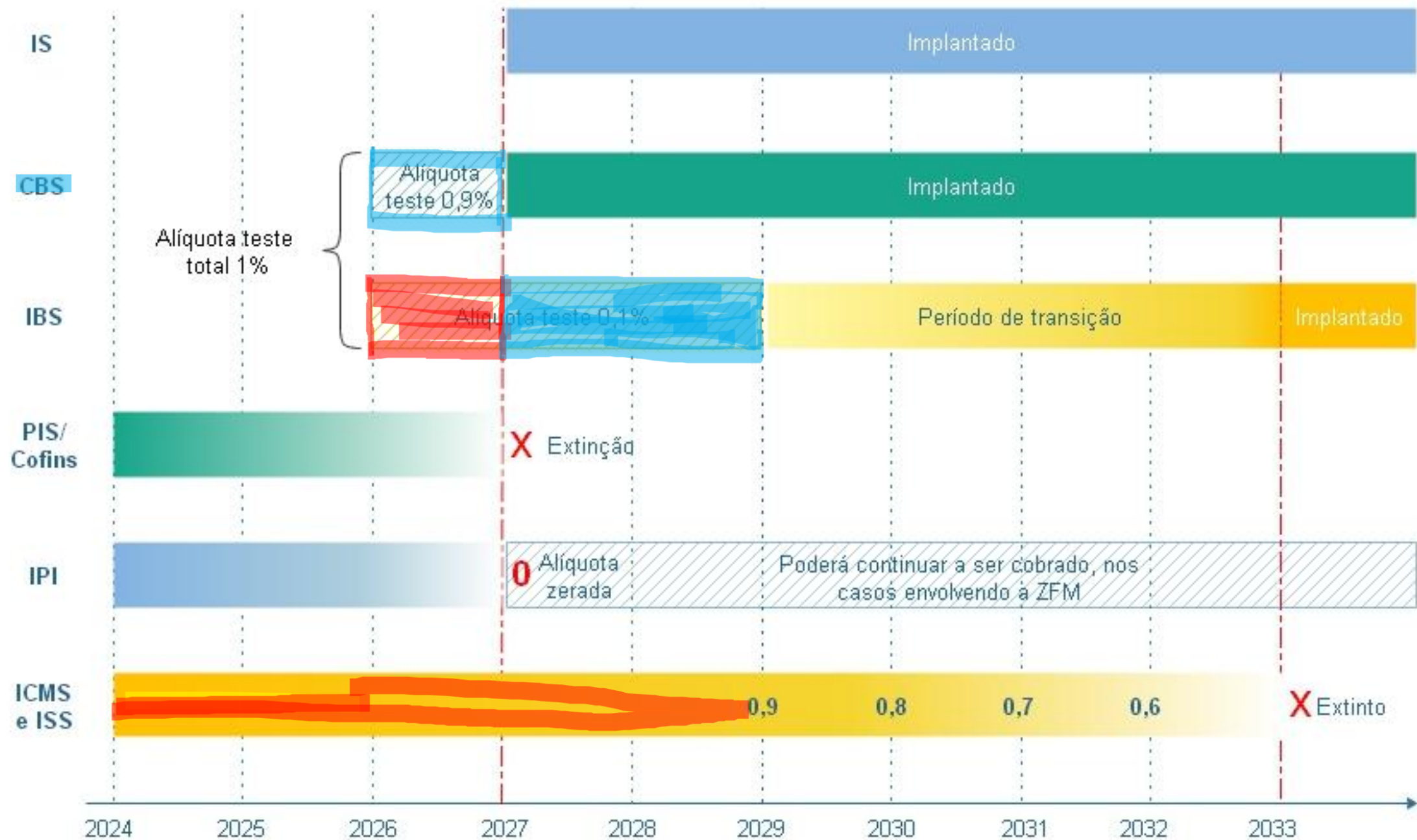
A) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão de forma integrada a competência administrativa de editar regulamento único para o IBS **exclusivamente** por meio do Comitê Gestor do imposto.

B) o IBS não incidirá sobre a **importação** e a **exportação de bens materiais ou imateriais**, inclusive direitos, ou de serviços realizadas por pessoas físicas e jurídicas.

C) **uma vez que informado pelo princípio da neutralidade**, o IBS terá legislação e **alíquota únicas** e uniformes em todo o território nacional.

D) o IBS só passará a ser cobrado em **2033, ano em que o ICMS será definitivamente extinto**.

E) o IBS só passará a ser cobrado em **2027, à alíquota estadual de 0,05% e à alíquota municipal de 0,05%.**







# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

02 - FCC - 2024 - Procurador (Pref J Guararapes) A Emenda Constitucional nº 132/23 trouxe a maior reforma do Sistema Tributário Nacional desde a promulgação da Constituição Federal. Seu objetivo principal foi a simplificação da cobrança de tributos sobre o consumo, com vistas a incentivar ao crescimento econômico. No que concerne à competência tributária dos Municípios, a principal alteração é a extinção do ISS e a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Nos termos da Constituição (e do ato das Disposições Constitucionais Transitórias), com a redação dada pela EC nº 132/2023

- A) o IBS começará a ser cobrado em 2033, ano em que o ISS será extinto.
- B) cada Município poderá fixar, por meio de lei, suas próprias alíquotas para o IBS e a alíquota final do imposto será a soma da alíquota municipal e da alíquota estadual.
- C) o IBS terá alíquotas uniformes em todo o território nacional, com vistas à simplificação do sistema tributário.
- D) o IBS começará a ser cobrado em 2027, ano em que o ISS será extinto.
- E) o Senado Federal fixará, por meio de resolução, a alíquota máxima de referência do IBS, a qual terá de ser observada por Estados e Municípios.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

03 - FCC - 2024 - Auditor Fiscal Tributário (Pref J Guararapes)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (IBS) será informado pelo **princípio**

- A) da **proporcionalidade de** alíquotas, e será cobrado pela média ponderada das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.
- B) da **monogestão federativa e**, tal como o atual ICMS, integrará sua própria base de cálculo.
- C) **da neutralidade**, cabendo a cada ente federativo fixar sua própria alíquota, por meio de **lei específica**.
- D) **da universalidade** de incidência e diferentemente do atual ICMS, incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- E) **da não individualização** do consumo. incidindo sobre a importação de bens materiais ou imateriais, excetuadas as importações de bens de pequeno valor, assim definidos em lei complementar, e realizadas por pessoa física contribuinte não habitual do imposto.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

04 (FCC - 2024 - Procurador do Estado de Goiás) A Emenda Constitucional nº 132/2023 veiculou a primeira ampla reforma do Sistema Tributário Nacional realizada desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, e seu eixo central é a simplificação da cobrança de impostos sobre o consumo, com vistas a incentivar o crescimento econômico. De acordo com dispositivo constitucional inserido por esta emenda, o Sistema Tributário Nacional deve observar os seguintes princípios:

- A) Simplicidade, segurança jurídica, redução das desigualdades regionais e sociais, busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.
- B) Simplicidade, transparência, justiça tributária, cooperação e defesa do meio ambiente.
- C) Simplicidade, transparência, segurança jurídica, busca do pleno emprego e defesa do meio ambiente.
- D) Simplicidade, transparência, legalidade, isonomia e anterioridade.
- E) Simplicidade, segurança jurídica, autossuficiência fiscal, isonomia e defesa do meio ambiente.

## Novos Princípios Tributários

Princípio da **Cooperação**

Princípio da **Simplicidade**

Princípio da Defesa do **Meio  
Ambiente**

Princípio da **T**ransparência

Princípio da **J**ustiça Tributária

**Mnemônico:** S.T.J. coopera com o Meio ambiente.

Memorize



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

05 FCC - 2024 - Procurador (Pref J Guararapes)

Constitui princípio que deve ser observado pelo Sistema Tributário Nacional, de acordo com dispositivo inserido pela EC nº 132/2023, a

A) redução das desigualdades sociais e regionais.

B) neutralidade.

C) defesa do meio ambiente.

D) justiça federativa.

E) busca do pleno emprego.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

06 (FCC - 2024 - Procurador do Estado de Goiás) No sistema constitucional brasileiro, o Poder Legislativo Federal é bicameral. Enquanto a Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo, o Senado Federal é composto de representantes dos Estados e do Distrito Federal, segundo expressamente dispõe o art. 46 da CF. Justamente por isso, a Constituição atribui ao Senado importantes competências relacionadas aos impostos estaduais. Nos termos da Constituição, compete ao Senado fixar

A) por meio de resolução, de iniciativa **exclusiva do Presidente da República**, as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais.

B) as alíquotas de ICMS aplicáveis a operações que destinem mercadorias para o exterior.

C) as alíquotas máxima e mínima para o **IPVA**.

D) a alíquota de referência do IBS, **que será aplicada obrigatoriamente em todos os Estados** e Municípios, vedado ser fixada outra alíquota por lei estadual ou municipal.

~~E) as alíquotas **máximas** do ITCD.~~



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

07 FCC - 2024 - Procurador do Estado de Goiás

Nos termos da Constituição Federal, após a EC nº 132, de 2023, e considerando a interpretação preconizada na jurisprudência vinculante do Supremo Tribunal Federal, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

- A) terá suas alíquotas mínimas fixadas por resolução do Congresso Nacional.
- B) não pode ser cobrado por Estado diverso daquele em que o veículo automotor tenha sido licenciado.
- C) não se submete, quanto a nenhum de seus elementos, à anterioridade nonagesimal, mas apenas à anterioridade anual.
- D) incide também, como regra, sobre aeronaves, mas não incide sobre tratores e máquinas agrícolas.
- E) não incide sobre veículos de propriedade dos Municípios, mas incide sobre veículos adquiridos por estes entes mediante alienação fiduciária.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

09 FCC - 2024 - Agente Técnico (MPE AM)/Economista A reforma fiscal recentemente aprovada pelo Congresso Nacional altera substancialmente o Sistema Tributário Nacional.

Considere as seguintes atividades:

- I. Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto.
- II. Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III. Decidir o contencioso administrativo.

Na Reforma aprovada, o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços constituirá o fórum exclusivo para que Estados, Distrito Federal e Municípios exerçam, de forma integrada, competências administrativas relativas ao imposto sobre bens e serviços, a propósito do que se encontra em

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

## Competências administrativas do CG-IBS

Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS.

Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Decidir o contencioso administrativo.

reter montante equivalente ao saldo acumulado de créditos do imposto não compensados pelos contribuintes e não ressarcidos ao final de cada período de apuração e aos valores decorrentes do CashBack

distribuir o produto da arrecadação do imposto, deduzida a **retenção**, ao ente federativo de destino das operações que não tenham gerado creditamento

**retenção**



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**10** - O Brasil possui um dos sistemas tributários mais complexos do mundo e há tempos se discute as diretrizes de uma reforma tributária no país. Em relação ao atual projeto de reforma, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa .

( ) A reforma busca simplificar o sistema tributário, com a extinção de diversos tributos, sem reduzir a autonomia dos Estados e Municípios. **F**

( ) A reforma tem como foco a tributação do consumo e da renda, dois vetores que precisam ser alterados em conjunto.

( ) A reforma prevê a criação de um imposto seletivo federal, que incidirá sobre bens e serviços geradores de externalidades negativas.

As afirmativas são, respectivamente,

**A) V - F - V.**    B) V - F - F.    C) F - V - V.    D) V - V - F.    E) F - V - F.

**F / F FV**





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**11** - FGV - 2025 - Auditor de Controle Externo (TCE-PI) O Art. 92-B, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional no 132/2023, tem a seguinte redação:

Lei complementar instituirá Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação do **Estado do Amazonas** na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Estado.

A interpretação desse comando normativo permite concluir que se está perante norma de

A) eficácia contida.

B) aplicabilidade imediata.

C) aplicabilidade direta, mas não integral.

D) eficácia limitada e de princípio institutivo.

E) eficácia limitada e de princípio programático.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**12** - Com. Exam. (TRF 3) - 2025 - Juiz Federal (TRF 3ª Região) Sobre a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária do consumo no Brasil, assinale a alternativa correta:

- A) Ao final do período de transição, serão extintos os seguintes tributos: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), Imposto Sobre Bens e Serviços (ISSQN), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI).
- B) O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) são tributos idênticos, variando apenas as alíquotas, que serão fixadas por cada pessoa política competente.
- C) A harmonização das interpretações administrativas atinentes à legislação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) será uniformizada pelo Comitê Gestor.
- D) Foram expressamente instituídos os princípios constitucionais tributários da simplicidade, a transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- E) A concessão de incentivos e benefícios fiscais regionais deve sempre considerar os critérios de sustentabilidade ambiental e redução de emissões de carbono.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**13** - CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Administrativo (ANM)/Contabilidade

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca de competência tributária, limitações ao poder de tributar e tributos dos diferentes entes federativos, julgue o item a seguir.

A Emenda Constitucional n.º 132/2023 estendeu às entidades religiosas e às suas organizações assistenciais e beneficentes a imunidade a **impostos** e contribuições sociais.

Certo

**Errado**



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**14 - CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Administrativo (ANM)/Contabilidade**

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca de competência tributária, limitações ao poder de tributar e tributos dos diferentes entes federativos, julgue o item a seguir.

A Emenda Constitucional n.º 132/2023 estabeleceu expressamente o dever de observância ao princípio da justiça tributária, prescrevendo que as alterações na legislação tributária buscarão amenizar os efeitos **progressivos.**

Certo

**Errado**



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**15 - FGV - 2025** - Auditor Substituto de Conselheiro (TCE RR) De acordo com os princípios e regras expressamente previstas na Constituição Federal de 1988 (EC 132/2023), é correto afirmar que

- A) o IPVA incidirá também sobre a propriedade de veículos automotores aéreos, inclusive aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- B) o IPVA poderá ter alíquotas diferenciadas, com base nos seguintes critérios expressamente previstos na Constituição: tipo, procedência e impacto ambiental.
- C) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública, sendo vedada a destinação dos recursos para gastos com sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.
- D) o ITCMD poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- E) o ITCMD relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde era domiciliado o de cujus, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**16 - FUNDATEC - 2025 - Auditor Fiscal da Receita Municipal (Pref Porto Alegre)** De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, Lei Complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, e esse imposto será informado pelo princípio da **neutralidade** e atenderá, entre outros, ao seguinte:

- I. Cada ente federativo fixará sua **alíquota própria** por lei específica. ✓
- II. **Incidirá** nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.
- III. **Sempre** terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.

Quais estão corretas?

~~A) Apenas I.~~

B) Apenas II.

C) Apenas I e II.






D) Apenas I e III.

E) I, II e III.




# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**17 -** (FGV - JE TJSC/TJ SC/2025) Em julho de 2024, de modo a implementar modificações operadas pela Reforma Tributária da Emenda Constitucional nº 132/2023, foi aprovada na Assembleia Legislativa do Estado Alfa uma lei versando acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), criando novas hipóteses de incidência desse tributo sobre:

1. aeronaves agrícolas; 
2. balsas de titularidade de pessoas jurídicas concessionárias de serviço de transporte de veículos automotores; 
3. Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência de Petróleo e Gás Natural; 
4. embarcação de titularidade de pessoa física de até 15 pés para uso em lazer; e 
5. tratores usados na produção agrícola. 

No momento da sanção da lei, o governador foi obrigado a vetar quatro das cinco hipóteses de incidência acima listadas, em razão de sua inconstitucionalidade.

Dentre as apresentadas acima, considerando a Constituição Federal de 1988 com as alterações dadas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, a ÚNICA hipótese que não foi vetada foi a de número:

- a) 1;    b) 2;    c) 3;     d) 4;    e) 5.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**18** - Assinale, entre as ideias abaixo relacionadas, aquela que indica uma proposta reitora da nova Reforma Tributária levada a cabo pela Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023):

- (A) Busca de **atenuação dos efeitos regressivos** dos tributos incidentes sobre o consumo.
- (B) Aplicação imediata dos novos tributos que serão criados a partir da EC 132/2023.
- (C) Predominância da cobrança **“por dentro”** dos novos tributos, que incidirão sobre sua própria base de cálculo.
- (D) Concentração da carga tributária na **origem** dos bens e serviços.
- (E) A implantação de um sistema de **IVA unitário**.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

19 - Um dos objetivos da Reforma Tributária da Emenda Constitucional 132/2023 (EC 132/2023) foi criar mecanismos tributários de auxílio à preservação do meio ambiente. Acerca de tais instrumentos presentes na EC nº 132/2023, avalie as afirmativas a seguir:

- I. O impacto ambiental passa a ser um dos possíveis critérios para a fixação de alíquotas diferenciadas de IPVA. ✓
- II. A concessão de incentivo regional de diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoa jurídica considerará, sempre que possível, critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono. ✓
- III. Do produto da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) distribuída aos Estados, certo percentual será creditado aos Municípios com base em indicadores de preservação ambiental de acordo com o que dispuser lei federal. ✗
- IV. Na aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, os Estados e o Distrito Federal priorizarão projetos que prevejam ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono. ✓

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

FND R



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**20** - O novo cargo criado pela Reforma Tributária de Presidente do Comitê Gestor do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) apresentará um relevante papel na arrecadação tributária em nosso país. Em razão disso, a Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023) inseriu no próprio texto constitucional um regime especial para esse cargo. Assinale a opção que corretamente indica uma característica do regime desse cargo presente no atual texto da Constituição Federal de 1988:

- (A) **Apenas o Senado** Federal poderá convocar o Presidente do Comitê Gestor do IBS para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (B) Tanto o Senado Federal como a Câmara de Deputados, **excluídas as Comissões** de ambas as Casas, poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do IBS para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (C) **Comissões da Câmara dos Deputados** poderão convocar o Presidente do Comitê Gestor do IBS para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- (D) **Apenas a Mesa do Senado** Federal poderá encaminhar pedidos escritos de informações ao Presidente do Comitê Gestor do IBS.
- (E) **Apenas a Mesa do Congresso** Nacional poderá encaminhar pedidos escritos de informações ao Presidente do Comitê Gestor do IBS.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**21** - (Inédita - LTE nas 7 fontes 2024) Sobre a centralização da arrecadação do IBS no Comitê Gestor e o impacto do princípio do destino, assinale a alternativa correta:

- A) A centralização da arrecadação no Comitê Gestor do IBS impede que os estados e municípios fixem suas alíquotas próprias, mesmo após a fase de transição.
- ☒ B) Durante o período de transição, 5% da arrecadação não retida pelo Comitê Gestor será destinada ao seguro-receita, um mecanismo de compensação para entes que enfrentarem perdas significativas.
- C) A adoção do princípio do destino elimina totalmente a necessidade de ajustes entre estados e municípios durante a transição, reduzindo os incentivos ao seguro-receita.
- D) A centralização da arrecadação no Comitê Gestor impede que os estados e municípios utilizem parte das receitas do IBS para fundos vinculados à saúde e educação.
- E) O percentual retido pelo Comitê Gestor para redistribuição será reduzido de 80% para 50% entre 2034 e 2077, com base na redução anual de 2% definida no ADCT.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

Transição do P. Origem/misto para P. Destino Puro

## Princípio de Destino Puro

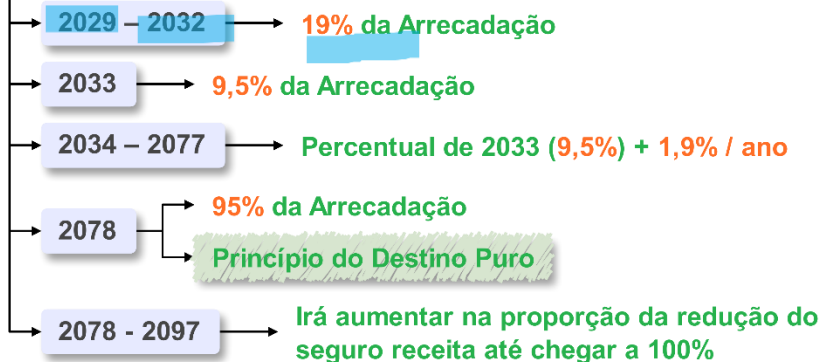
Arrecadação integralmente destinada ao ente de destino

### Objetivo

Eliminar a Guerra Fiscal

Reduzir Desigualdades Regionais

### Período de transição do IBS



Ano	Percentual Retido do IBS
2029 – 2032	80%
2033	90%
2034 – 2077	Percentual de 2033, reduzido anualmente em 1/45 (2%) até 2078



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**22 – (SEFAZ-PI AGENTE 2025) A Emenda Constitucional nº 132/2023, referente à reforma tributária, atribuiu competência para a instituição do IBS e da CBS. De acordo com essa Emenda, o imposto sobre bens e serviços**

A) incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, a partir de 1º de janeiro de 2033.

B) não incidirá sobre as exportações, exceto nos casos em que a mercadoria exportada se destine ao consumidor final ou à integração no ativo permanente do destinatário.

C) terá alíquota própria fixada pelo ente federativo por meio de lei específica, e essa alíquota será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988.

D) incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou importação de serviços realizada exclusivamente por pessoa jurídica, e desde que seja sujeito passivo habitual do imposto.

E) terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, exceto em relação a operações internas com energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, a partir de 1º de janeiro de 2026.



## Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**23 - (FGV) A Emenda Constitucional nº 132/2023 novos tributos como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A respeito desse tema, assinale a afirmativa correta.**

- A) Não incidirá o IBS quando a pessoa física que efetuar importação de bens materiais não se configurar como sujeito passivo habitual desse imposto.
- B) O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas da União do Estado e do Município de destino da operação.
- C) Resolução do Senado Federal fixará alíquota padrão do IBS para cada Estado e Município, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- D) O regulamento único do IBS disporá sobre o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação anterior
- E) Lei disporá sobre as hipóteses de devolução do imposto a pessoas físicas que sejam sujeito passivo da CBS, inclusive os limites e os beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.



## Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**24 - (FGV) Sobre o Imposto Seletivo (IS) e as demais disposições da EC 132/23, assinale a alternativa incorreta.**

- A) O IS será cobrado a partir de 2027.
- B) O IS possui autorização constitucional de bis in idem e bitributação.
- C) É vedada a incidência cumulativa do IS com o IPI.
- D) A partir de 2027, a União compensará eventual redução no montante dos valores entregues do FPE e do PFM, em razão da substituição da arrecadação do IPI, pela arrecadação do IS.
- E) Os bens e serviços sujeitos ao regime diferenciado de tributação são imunes ao Imposto seletivo.





## Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**25 - (FGV) A Reforma Tributária, por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023), veiculou diversas alterações no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias envolvendo prazos fiscais. A respeito dessas alterações, assinale a afirmativa correta.**

- A) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2073, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.
- B) A lei instituidora do IBS e da CBS estabelecerá os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus e às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023.
- C) Em 2026, o IBS será cobrado à alíquota municipal e estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a CBS, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento).
- D) A partir de 2027, será extinto o imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal.
- E) De 2029 a 2032, o IBS será cobrado à alíquota estadual de 0,05% (cinco centésimos por cento) e à alíquota municipal de 0,05% (cinco centésimos por cento).



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

## 26 – Considere o caso para responder às questões 22 a 23

Durante o período de transição da Reforma Tributária (2029 a 2077), a arrecadação do IBS será centralizada pelo Comitê Gestor do IBS (CG-IBS), que reterá um percentual da receita para distribuir aos entes federativos com base na média histórica da arrecadação do ICMS e ISS.

Considerando que, em 2032 e 2033, o CG-IBS arrecade em cada ano R\$ 2 trilhões em IBS, e que o Estado de Goiás tenha registrado, nos anos anteriores, uma média histórica de participação de **3% da arrecadação nacional de ICMS (excluída a cota-parte dos municípios)**, é correto afirmar que a quantia aproximada a ser **distribuída ao Estado de Goiás a partir da média histórica em 2032 e 2033** será, respectivamente:

- A) R\$ 48 bilhões, R\$ 54 bilhões
- B) R\$ 30 bilhões, 48 bilhões
- C) R\$ R\$ 54 bilhões, R\$ 48 bilhões
- D) R\$ 24 bilhões, 24 bilhões
- E) R\$ 40 bilhões, R\$ 40 bilhões



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

## 27 – Considere o caso para responder às questões 22 a 23

Durante o período de transição da Reforma Tributária (2029 a 2077), a arrecadação do IBS será centralizada pelo Comitê Gestor do IBS (CG-IBS), que reterá um percentual da receita para distribuir aos entes federativos com base na média histórica da arrecadação do ICMS e ISS.

Considerando que, em 2032 e 2033, o CG-IBS arrecade em cada ano R\$ 2 trilhões em IBS, e que o Estado de Goiás tenha registrado, nos anos anteriores, uma média histórica de participação de **3% da arrecadação nacional de ICMS (excluída a cota-parte dos municípios)**, é correto afirmar que o valor a ser retido pelo CGIBS a título de Seguro Receita **em 2032 e 2033** será, respectivamente:

- A) R\$ 10 bilhões, R\$ 9 bilhões
- B) R\$ 20 bilhões, 10 bilhões
- C) R\$ R\$ 10 bilhões, R\$ 10 bilhões
- D) R\$ 12 bilhões, 10 bilhões
- E) R\$ 20 bilhões, R\$ 20 bilhões



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

28) VUNESP - 2023 - Jornalista (Pref Pindamonhangaba) Segundo declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o texto da reforma tributária pretende se basear em duas propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso, e o governo poderá acrescentar ou retirar alguns pontos. As duas propostas reúnem diversos tributos que hoje incidem sobre o consumo. A divergência está no número de tributos unificados e na forma como ocorrerá a fusão. As propostas de emenda à constituição são: PEC 45/2019 e PEC 110/2019.

É correto afirmar que

- A) a PEC 45/2019 cria dois tributos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que ficaria com a União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).
- B) a PEC 110/2019 prevê a criação de imposto único chamado de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).
- C) as duas propostas sugerem percentual único para o imposto de renda em 25% do ganho líquido do trabalhador.
- D) a PEC 45/2019 tramita na Câmara dos Deputados e a PEC 110/219 tramita no Senado.
- E) a proposta do Senado mantém os impostos estaduais e acaba com os municipais.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**29 FGV 2024** - Acerca da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), inserida na Constituição Federal de 1988 pela Emenda Constitucional nº 132/2023, julgue as afirmativas abaixo:

- I. Será de competência compartilhada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- II. Poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.
- III. Lei estabelecerá as hipóteses de devolução da CBS a pessoas físicas, inclusive em relação a limites e beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**30 FGV 2024** - O Brasil possui um dos sistemas tributários mais complexos do mundo e há tempos se discute as diretrizes de uma reforma tributária no país. Em relação ao atual projeto de reforma, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa .

( ) A reforma busca simplificar o sistema tributário, com a extinção de diversos tributos, sem reduzir a autonomia dos Estados e Municípios.

( ) A reforma tem como foco a tributação do consumo e da renda, dois vetores que precisam ser alterados em conjunto.

( ) A reforma prevê a criação de um imposto seletivo federal, que incidirá sobre bens e serviços geradores de externalidades negativas.

As afirmativas são, respectivamente,

A) V - F - V.      B) V - F - F.      C) F - V - V.      D) V - V - F.      E) F - V - F.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

## **31. CETREDE - 2024 - Analista (Pref Caucaia)/Licenciamento/Ambiental**

O Congresso Nacional promulgou, na quarta-feira, dia 20/12/2023, em sessão solene, a Emenda Constitucional (EC 132/2023) que estabelece a reforma tributária dos impostos sobre o consumo. A principal mudança com a Reforma Tributária é a extinção de

- A) 06 tributos municipais.
- B) 03 tributos federais.
- C) 04 tributos estaduais.
- D) 02 tributos federais.
- E) 05 tributos estaduais.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

## 32. CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Músico (FUB)

No que se refere à política, à sociedade e à economia no Brasil e no contexto mundial atual, julgue o item a seguir.

Apresentada sob a forma de proposta de emenda constitucional, a reforma tributária, que simplifica impostos sobre o consumo e prevê isenção de tributos para a cesta básica, foi aprovada na Câmara dos Deputados.

- C) Certo
- E) Errado



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

## 33. CETAP - 2024 - Advogado (Pref Castanhal)/(PMC)

A emenda constitucional nº 132/2023 (reforma tributária) trouxe alterações significativas em relação à competência tributária e aos tributos de competência de cada ente político. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- A) O imposto seletivo (art. 153, VIII, CF) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.
- B) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores incidirá sobre a propriedade de veículos automotores terrestres, aquáticos e aéreos, inclusive aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- C) O imposto sobre bens e serviços (IBS) será de competência compartilhada da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) Compete aos Estados e Distrito Federal instituir o chamado imposto seletivo, que incide sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

## 34. CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações/Direito

Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue o item a seguir, de acordo com a Constituição Federal de 1988, incluídas as alterações promovidas pela Emenda Constitucional n.º 132/2023 (Reforma Tributária), e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Todas as competências tributárias previstas no texto constitucional, à exceção daquelas inseridas recentemente pela Reforma Tributária, foram implementadas pelos entes federados que são seus titulares.

- C) Certo
- E) Errado



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**35. FGV 2024** A Reforma Tributária, por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023), veiculou diversas alterações no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias envolvendo prazos fiscais. A respeito dessas alterações, assinale a afirmativa correta:

- (A) Foi prorrogado o prazo das Desvinculações de Receitas da União, Estados e Municípios para 31.12.2032.
- (B) Fica extinto, a partir de 2034, o imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza (ISS).
- (C) Fica extinto, a partir de 2034, o imposto estadual sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).
- (D) A partir de 2026, será cobrada a nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).
- (E) A partir de 2027, será cobrado o novo Imposto Seletivo sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.



## Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**36. FGV 2024** Pedro, empresário do setor industrial, pretende expandir sua fábrica para uma região menos desenvolvida do país, beneficiando-se de isenção de tributos federais incidentes sobre a sua operação, oferecida pelo governo federal, para desenvolver aquela região. Pedro descobre que, para ter acesso aos incentivos fiscais previstos, precisa adotar algumas medidas.

Segundo a Constituição Federal, os critérios que podem ser considerados na concessão dos incentivos fiscais que visam o desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais são:

- (A) apenas os critérios econômicos da região e o potencial de geração de empregos.
- (B) a adesão da empresa a práticas de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono, se possível.
- (C) apenas o porte da empresa e sua capacidade de expansão no mercado externo.
- (D) exclusivamente o montante do investimento planejado pela empresa de Pedro na região.
- (E) a quantidade de incentivos já recebidos anteriormente pela empresa em outras regiões.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**37. IDHTEC - 2024 - Técnico Contábil (CM Machados)** De acordo com a Constituição Federada de 1988, em seu título VI, com relação ao imposto de competência compartilhada entre estados, distrito federal e municípios em seu artigo 156, que afirma “Lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.”, assinale a alternativa incorreta:

- A) O imposto referido no enunciado não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observado o disposto no § 5º, III.
- B) O imposto referido no enunciado incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- C) O imposto referido no enunciado será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas nesta Constituição
- D) A alíquota fixada pelo ente federativo na forma do inciso V será a mesma para todas as operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal de 1988.
- E) O imposto referido no enunciado não integrará sua própria base de cálculo nem a dos tributos previstos nos arts. 153, VIII, e 195, I, "b", IV e V, e da contribuição para o Programa de Integração Social de que trata o art. 239



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**38. FGV - 2024** A Emenda Constitucional nº 132/2023, conhecida como “Reforma Tributária”, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), incluindo a atuação integrada do Comitê Gestor do IBS. De acordo com a Reforma Tributária, a competência para dispor sobre os conflitos entre entes federativos, ou entre esses entes e o Comitê Gestor do IBS é da(o):

- (A) Justiça Federal de primeira instância.
- (B) Tribunal Regional Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Conselho Nacional de Justiça.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**39. FUNDATEC - 2024 - Procurador do Município (Pref Criciúma)** De acordo com a Constituição Federal, a lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Este será informado pelo princípio da neutralidade e atenderá, entre outros, ao seguinte:

- I. Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- II. Incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizados por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- III. Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço, observado o disposto no §5º, III.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**40. FGV 2024** Com base na Emenda Constitucional nº 132/2023, especificamente em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência dos Estados e Municípios, e à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União, assinale a afirmativa correta:

- (A) As regras de imunidade serão aplicáveis apenas ao IBS, uma vez que as imunidades se referem exclusivamente a impostos.
- (B) O IBS terá uma alíquota única, sendo vedado aos entes federativos estabelecer alíquotas próprias.
- (C) A forma e o prazo para o ressarcimento de créditos acumulados pelos contribuintes do IBS poderão ser definidos por lei ordinária.
- (D) Apenas o IBS será não cumulativo.
- (E) Ambos os tributos deverão observar as mesmas regras quanto a fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**41. FUNDATEC - 2024 - Procurador do Município (Pref Criciúma)** De acordo com a Constituição Federal, a lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Esta disporá sobre a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada por meio de:

I. Crédito integral e imediato do imposto.

II. Imunidade.

III. Redução em 50% das alíquotas do imposto.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas III.

C) Apenas I e II.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.



## Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**42. (Inédita - LT nas 7 fontes 2025)** O Estado de Goiás contratou a aquisição de equipamentos de informática no valor de R\$ 1.000.000,00 para uso em repartições públicas, configurando operação típica de compra governamental direta.

Considere as seguintes alíquotas padrão:

- IBS estadual (GO): 14%
- IBS municipal (Goiânia): 5%
- CBS: 8%

Nos termos da Constituição Federal, alterada pela EC 132/23, e considerando a aplicação do regime especial de compras governamentais, o montante total destinado ao Estado de Goiás, a título de IBS, será de:

- A) R\$ 80.000,00
- B) R\$ 140.000,00
- C) R\$ 190.000,00
- D) R\$ 270.000,00

E) R\$ 270.000,00, sendo R\$ 190.000,00 a título de IBS e R\$ 80.000,00 a título de CBS



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**43. FGV 2024** A reforma tributária introduziu novos princípios no Sistema Tributário Nacional, refletindo uma evolução na relação entre o Estado e os contribuintes e marcando a transição de um sistema centralizado para um modelo mais democrático.

Com base nesse contexto, assinale a opção que apresenta alguns dos princípios adicionados à Constituição Federal de 1988 pela reforma tributária:

- (A) Princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- (B) Princípios da unidade, da boa-fé, da clareza, da regionalização e do desenvolvimento sustentável.
- (C) Princípios da transparência, do desenvolvimento sustentável, da participação pública e da publicidade.
- (D) Princípios da boa-fé, da justiça tributária, e da publicidade e do equilíbrio tributário.
- (E) Princípios da justiça tributária, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e da regionalização.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**44. RBO - 2024 - Fiscal Fazendário (Pref Ribeirão Preto) De acordo com a Constituição Federal, fica instituído o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais, nos termos do art. 3º,III, mediante a entrega de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal para:**

I. realização de estudos, infraestrutura.

II. fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras.

III. promoção de ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.

Está correto o que se apresenta em

A) II e III, apenas.

B) I e II, apenas.

C) I, II e III

D) I e III apenas.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**45. UFMT - 2024 - Advogado (Pref Cáceres) Tendo em vista as disposições da Reforma promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023 no Sistema Tributário Nacional, analise as afirmativas.**

**I. O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.**

**II. As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos progressivos.**

**III. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.**

**IV. É vedado aos entes federados instituir impostos sobre a empresa pública prestadora de serviço postal, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.**

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II e IV, apenas.
- B) III e IV, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.





# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**46. (LT nas 7fontes 2025 – ADAPTADA FGV) A Reforma Tributária, por meio da Emenda Constitucional nº 132/2023 (EC 132/2023), veiculou diversas alterações no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias envolvendo prazos fiscais e em normas transitórias na própria Emenda à Constituição. A respeito dessas alterações, assinale a afirmativa correta.**

- A) O Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional em até 180 dias após a promulgação desta Emenda Constitucional, projeto de lei que reforme a tributação da renda, acompanhado das correspondentes estimativas e estudos de impactos orçamentários e financeiros.
- B) A lei instituidora do IBS e da CBS estabelecerá os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus e às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023.
- C) Em 2026, o IBS será cobrado à alíquota municipal e estadual de 0,1% (um décimo por cento), e a CBS, será cobrada à alíquota de 0,9% (nove décimos por cento).
- D) A partir de 2027, será extinto o imposto previsto no art. 153, IV, da Constituição Federal.
- E) De 2029 a 2032, o IBS será cobrado à alíquota estadual de 0,05% (cinco centésimos por cento) e à alíquota municipal de 0,05% (cinco centésimos por cento).



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**47. (Inédita - LT nas 7 fontes 2025) A Emenda Constitucional nº 132/2023 criou novos tributos como o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). A respeito desse tema, assinale a afirmativa correta.**

- A) As alíquotas do IBS poderão ser seletivas em função da essencialidade do bem ou do serviço consumido.
- B) O IBS será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.
- C) Lei instituirá o imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D) O regulamento único do IBS disporá sobre o regime de compensação, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação anterior
- E) Lei complementar disporá sobre as regras para a distribuição do produto da arrecadação do IBS, disciplinando, entre outros aspectos, a sua forma de cálculo.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**48. - (Inédita - LT nas 7 fontes 2025)** O Art. 92-B, §2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pela Emenda Constitucional no 132/2023, tem a seguinte redação:

*“Lei complementar instituirá Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, que será constituído com recursos da União e por ela gerido, com a efetiva participação do Estado do Amazonas na definição das políticas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas no Estado.”*

Sobre a manutenção do diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus e as disposições da EC 132/23 e da LC 214/25, assinale a incorreta:

- A) O Art. 92-B, §2º trata-se de uma norma de eficácia limitada e de princípio institutivo.
- B) As leis instituidoras do IBS e da CBS estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado à Zona Franca de Manaus.
- C) Lei complementar estabelecerá o montante mínimo de aporte anual de recursos ao Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, bem como os critérios para sua correção.
- D) Fica vedado, durante o período de transição, acordo entre a União e o Estado do Amazonas, com a finalidade de reduzir os instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros.
- E) As leis instituidoras do IBS e da CBS estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**49. - (Inédita - LT nas 7 fontes 2025)** Em julho de 2025, um Deputado Estadual protocola, na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), um Projeto de Lei Complementar que propõe a extinção do FUNDEINFRA, fundo goiano destinado a investimentos em infraestrutura e financiado por contribuições exigidas como condição para concessão de tratamento tributário diferenciado relacionado ao ICMS. No lugar do FUNDEINFRA, o projeto propõe a criação de uma nova contribuição especial de natureza tributária, desvinculada do ICMS, com mesma finalidade e incidência sobre produtos primários e semielaborados. À luz da Emenda Constitucional nº 132/2023, é correto afirmar que:

A) O projeto é inconstitucional, pois os Estados ainda não podem substituir fundos vinculados ao ICMS por contribuições de natureza tributária até o fim do período de transição do ICMS para o IBS (31/12/2032).

B) O projeto é inconstitucional, pois a Constituição proíbe explicitamente a criação de qualquer contribuição estadual sobre produtos primários e semielaborados.

C) O projeto é constitucional, desde que a nova contribuição mantenha a mesma base de cálculo, alíquota igual ou inferior e a mesma destinação da contribuição vigente até 30 de abril de 2023.

D) O projeto é inconstitucional, pois viola o princípio da noventena e só poderá produzir efeitos após 90 dias da promulgação da EC 132/2023.

E) O projeto é constitucional, mas a nova contribuição poderá vigorar por tempo indeterminado, a critério do Estado, desde que respeitada a anterioridade.

**02 - (Inédita - LT nas 7 fontes 2025)**  
C) Lei complementar estabelecerá o montante mínimo de aporte anual de recursos ao Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, bem como os critérios para sua correção.

D) Fica vedado, durante o período de transição, acordo entre a União e o Estado do Amazonas, com a finalidade de reduzir os instrumentos fiscais, econômicos ou financeiros.

E) As leis instituidoras do IBS e da CBS estabelecerão os mecanismos necessários, com ou sem contrapartidas, para manter, em caráter geral, o diferencial competitivo assegurado às áreas de livre comércio existentes em 31 de maio de 2023.



# Turma VIP – Reforma Tributária nas 7 FONTES

**50. - (Inédita - LT nas 7 fontes 2025) Um Deputado Federal propõe um Projeto de Lei Complementar com o objetivo de:**  
Incluir novos produtos no rol de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, sujeitos ao Imposto Seletivo (IS);  
Aumentar a alíquota de determinados produtos já incluídos no campo de incidência do IS;

Justifica que tais alterações:

- I. Não precisam ser feitas por meio de Emenda Constitucional;
- II. Podem ter efeitos retroativos;
- III. Não precisam respeitar o princípio da anterioridade anual;
- IV. Não precisam observar a anterioridade nonagesimal;
- V. Podem ser realizadas por mera lei ordinária, em relação à majoração de alíquotas.

Com base no texto constitucional vigente, é correto afirmar que:

- A) O parlamentar está correto apenas nas afirmações I, II e V.
- B) O parlamentar está incorreto, pois o IS só pode ser alterado por Emenda Constitucional.
- C) O parlamentar está correto apenas nas afirmações I e V.
- D) O parlamentar está correto apenas nas afirmações I, IV e V.
- E) O parlamentar está incorreto em todas as afirmações.